

REORDENAMENTO TERRITORIAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOECOLÓGICAS E CULTURAIS: LIÇÕES ADVERSAS DA CONSTRUÇÃO DA UHE TUCURUI/PA

TERRITORIAL PLANNING AND SOCIO-ECOLOGICAL AND CULTURAL CHANGES: ADVERSE LESSONS TAKEN FROM THE CONSTRUCTION OF THE TUCURUÍ HYDROELECTRIC POWER PLANT, STATE OF PARÁ, BRAZIL

Maria das Graças da Silva*

RESUMO

Discutem-se transformações socioecológicas decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará, e suas repercussões nas práticas ambientais e culturais de grupos sociais do Baixo Tocantins, área de jusante da barragem. Caracteriza-se o modo como elas têm repercutido no manejo dos recursos naturais, particularmente, nas atividades de pesca artesanal e no extrativismo vegetal, práticas que historicamente dão sustentação aos modos de vida ribeirinha e conformam a base do seu sistema produtivo e das próprias relações sociais. Analisam-se as iniciativas de reordenamento dos espaços e territórios de subsistência e de politização da degradação ambiental nas lutas em que se demanda o reconhecimento de direitos ambientais de acesso e uso comum da base de recursos territorializados. No contexto das transformações, a questão ambiental conformou um campo de força específica nas lutas sociais entre representantes do setor elétrico e comunidades locais.

Palavras-chave: Planejamento territorial, Transformações socioecológicas, Reordenação socioespacial, Comunidades ribeirinhas

ABSTRACT

We argue on socioecological transformations decurrent of construction of hydroelectric plant of Tucuruí, in the state of Pará, Brazil, and its ambient and cultural practical repercussions in social groups of the Baixo Tocantins, ebb tide area of the barrage. We specify the way they have reed-echo in handling of the natural resources, particularly, in fishing activities and vegetal extrativism, practical that historically supports life ways of people who lives along the river and conform the base of their productive system and the social relations. We analyze the initiatives of re-organization of territories of subsistence and politicalization of ambient degradation in contests that demand recognition of enviromental laws of access and use in common of area resources. In the context of transformations, the enviromental question conformed a specific force field in the social contest between local representatives of Electric Sector and communities.

Key-words: Territorial planning; Socioecological transformations; Sociospacial re-organization; Communities along the river

* Professora da Universidade do Estado do Pará - UEPA, Pós-Doutoramento em Sociologia Ambiental (ICS/UL-PT), Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), Socióloga. E-mail: magrass@gmail.com

Transformações significativas no campo econômico, social, político e ambiental ocorreram na região do Baixo Tocantins, área de jusante da maior barragem brasileira - a UHE-Tucuruí -, localizada no município de Tucuruí, sudeste paraense. Não é a água represada em forma de reservatório da usina que caracteriza essa região, mas a dinâmica das transformações sócio-ecológicas que ocorreram após o barramento do rio Tocantins e os conflitos socioambientais que emergiram a partir da segunda metade da década de 80.

De forma mais ampla, os processos e dinâmicas revelam que transformações ocorreram tanto na área de montante como de jusante e sob o efeito das mesmas causas, mas na prática assumem formatos diferentes, na medida que do ponto de vista histórico-social os processos de ocupação dessas duas áreas são distintos. Sendo assim, o impacto do barramento sobre o modo de vida e a cultura local difere em relação às áreas.

O trabalho discute as principais transformações ecológicas e sociais ocorridas e suas repercussões nas práticas socioambientais de grupos sociais do Baixo Tocantins. Caracteriza-se o modo como as transformações repercutem no manejo dos recursos naturais, particularmente, nas atividades de pesca artesanal e no extrativismo vegetal, práticas que historicamente sustentam os modos de vida ribeirinha e configuram-se como a base dos seus sistemas produtivos e das próprias relações sociais.

TRANSFORMAÇÕES SOCIOECOLÓGICAS E CULTURAIS NA ÁREA DE JUSANTE

Dentre outros atores sociais locais, os ribeirinhos foram os segmentos mais vulneráveis após o barramento do rio Tocantins, porque vivem às margens dos rios, igarapés e ilhas. Ficaram expostos diretamente aos impactos negativos do modelo de planejamento territorial e de desenvolvimento reproduzido na região e envolvidos diretamente nos conflitos decorrentes das injustiças ambientais inerentes aos processos de apropriação e/ou superposição de territórios.

As mudanças significativas nas formações biológicas, no fluxo hidrológico do rio após o barramento do

rio Tocantins, refletiram diretamente nos mecanismos reprodutivos das comunidades locais. Tratava-se de um conjunto diferenciado de transformações socioecológicas pelas quais foram sendo comprometidas as várias condições de sua reprodução sociocultural.

Essas transformações refletiram também em outras dimensões particulares dos seus modos de vida: religiosidade, formas de lazer, acessibilidade a lugares significativos, hábitos familiares e outras práticas que de algum modo estavam referidas ao rio e à floresta. Trata-se de formas particulares configuradas numa multiplicidade de condicionantes materiais, culturais e sociais, relacionados entre si, que conformam um espaço social concreto na perspectiva de Bourdieu (1979).

No contexto das múltiplas “crises socioecológicas” desencadeadas, um dos problemas que contribuiu para acentuar a instabilidade e dar maior visibilidade ao confronto entre discursos e práticas dos diferentes atores foi a questão da definição da área de influência da hidrelétrica para os fins da adoção de medidas compensatórias ou mitigadoras. A não incorporação da área de jusante como impactada pelas obras da UHE-Tucuruí constituiu questão polêmica, tensionada nos debates e reproduzida ao longo do tempo.

Essa questão tem sido deixada de lado, porque faz parte de uma concepção restrita de inserção regional incorporada no discurso do Setor Elétrico, praticamente de forma concomitante com aquela da questão ambiental. Essa opção estratégica que reduz a dimensão regional à simples área de intervenção direta do empreendimento, em geral, exclui dos impactos considerados aqueles observados nas áreas de jusante.

Alguns autores têm analisado esta questão, sublinhando que:

nos estudos e relatórios de impacto ambiental são sistematicamente omitidos ou desprezados os efeitos provocados pela construção de barragens a jusante do curso d'água. Embora seja largamente conhecido – tanto através de estudos teóricos, quanto a partir de experiências concretas – que as condições de vida a jusante possam vir a ser seriamente prejudicadas (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 57-8).

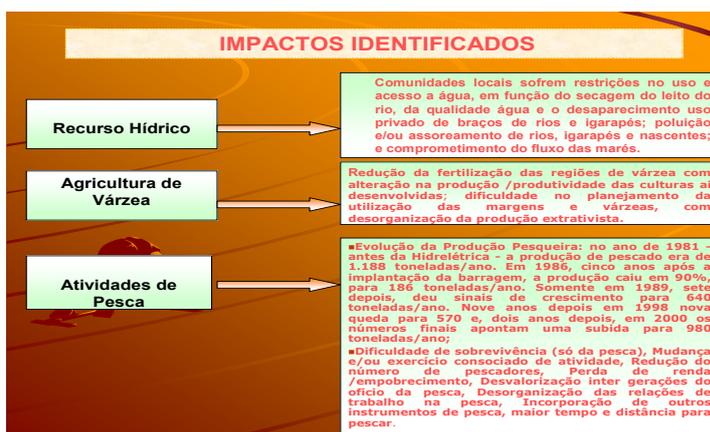
No entanto, agentes do Setor Elétrico usam como justificção a alegação de que não havendo critérios legalmente estabelecidos para que a empresa pudes- se adotá-los no período inicial de funcionamento da Usina, as áreas foram definidas de forma contingente, pois “naquele período os estudos e atividades sociais e ambientais estabeleceram suas atuações de acordo com a necessidade e demandas detectadas” (ELETRO- NORTE, 1992).

No caso da UHE Tucuruí, até, aproximadamente, 1998, o Baixo Tocantins, área de jusante, foi invisibili- zado, quer nos estudos acadêmicos, nos planos e pro- gramas de governo, quer nas medidas mitigadoras ou compensatórias do Setor, mesmo tendo sido identifica- das empiricamente inúmeras formas de desestabiliza- ção sociocultural após construção da UHE.

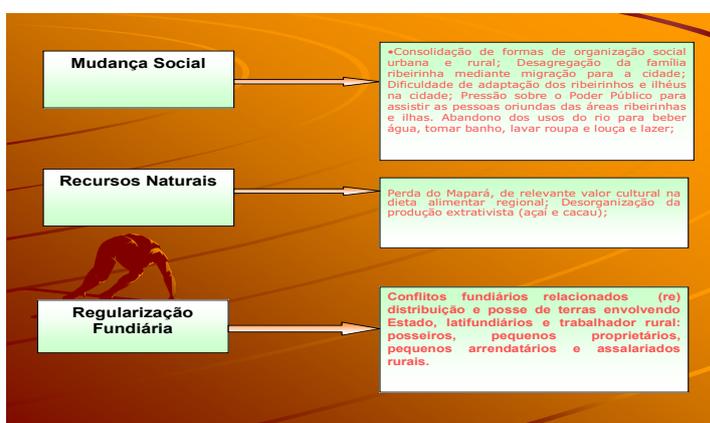
Nessa “região”², logo após a formação do reser- vatório, ocorreu um fluxo de migração forçada pelos processos de desestabilização socioecológica, confi- gurados na escassez do pescado, na queda da produ- ção do açaí e na falta de medidas compensatórias que pudessem assegurar a reestruturação das tradicionais relações que mantinham com o rio Tocantins e com a floresta.

Essas diferentes percepções locais, pautadas na lógica dos costumes e dos saberes tradicionais, identi- ficaram que com a construção da barragem os peixes ficaram impedidos de subir para fazer a desova (pro- cesso através do qual o peixe subia até a cabeceira do rio para lá reproduzir), daí o seu desaparecimento ime- diato após o barramento do rio.

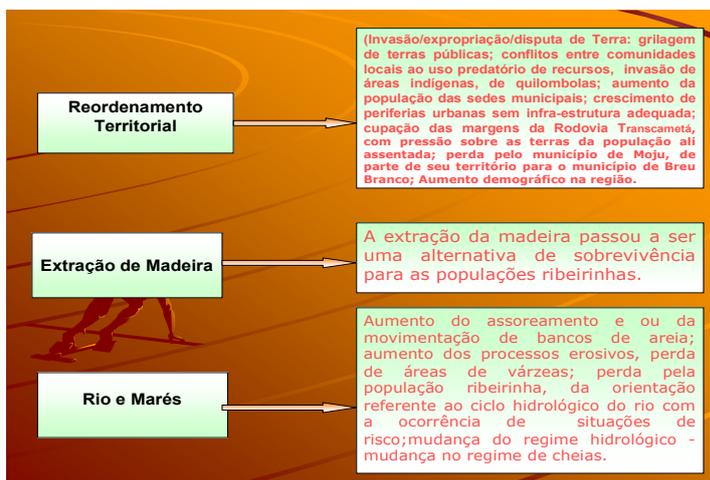
Os quadros a seguir sintetizam as principais alte- rações socioecológicas percebidas:



Fonte: Pesquisa Documental
Elaboração: Graça Silva



Fonte: Pesquisa Documental
Elaboração: Graça Silva



Fonte: Pesquisa Documental
Elaboração: Graça Silva

² O termo aqui é utilizado na perspectiva do recorte espacial construído pela experiência prática e cultural dos atores sociais que significam seus territórios a partir de experiências históricas.

PARA NÃO CONCLUIR

A “mudança do rio” em suas múltiplas faces, percebidas e narradas pelos entrevistados, acarretou perdas irreparáveis: a perda do lugar, a perda do domínio das águas; a perda da paisagem, a perda dos antigos vínculos sociais, a perda da história, ou, ainda, a perda como “prejuízo”.

Por meio de uma variedade de argumentos, existe em comum entre diferentes atores sociais, a certeza de que a implantação da hidrelétrica modificou substancialmente os modos de vida daqueles que tinham no rio Tocantins sua fonte de sobrevivência física, social e cultural.

Diante da falta de controle sobre as transformações, o passado idealizado se fortalece. São recorrentes os relatos que descrevem os tempos idos (antes da Barragem), como tempos de fartura, de facilidades em contraposição aos tempos atuais. São relatos que associam outras mudanças sociais, tais como o crescimento demográfico, a sobrepesca, a ausência de investimentos públicos na infraestrutura de serviços essenciais à construção da UHE Tucuruí.

Contudo, reconhecendo que outros fatores contribuíram para mudanças sociais e territoriais, é inegável os transtornos sempre atuais que os grupos sociais de ribeirinhos sofreram e vivenciam as repercussões de longo prazo da perda da base material e da desestruturação de seus modos de vida. No discurso atual, o que ocorreu no processo de construção da UHE Tucuruí foi a violação de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Em reconhecimento a tal problemática, diversas organizações se constituem e/ou se reorganizam no sentido de lutar e denunciar as perdas que tiveram com a construção da barragem, e pressionar o Setor Elétrico e Governo por compensações pelo passivo socioambiental ainda reivindicado.

E foi graças a pressão de movimentos sociais do Baixo Tocantins que Governo Federal, Estadual e Municipal, Eletronorte e Consórcio de municípios (CODESEI), que a partir do ano 2000 começou a ser pensada uma série de políticas territoriais para área de jusante da barragem, dentre elas destaca-se o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável de Jusante (PPDJUS), o Plano Diretor dos municípios dessa “região”, Criação do

Território de Desenvolvimento Rural do Baixo-Tocantins e em processo a construção da Agenda 21 Local desses municípios.

O caráter participativo de elaboração dessas políticas e a sua contribuição para o desenvolvimento local ainda está por ser avaliado. E até que ponto a dinamização dessas políticas tem sido eficaz no sentido de compensar o passivo socioambiental e cultura em face a apropriação territorial para a construção da UHE Tucuruí.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989. Cap. I e III.

ELETROBRÁS. UHE Tucuruí: um estudo de caso. Relatório Final. Rio de Janeiro: Arquitetura Ambiental S/C Ltda, set., 1992.

_____. UHE Tucuruí: um estudo de caso. Caderno de Entrevistas. Rio de Janeiro: Arquitetura Ambiental S/C Ltda, set., 1992.

ELETRONORTE. Plano de Implementação Preliminar. Ocorrência de Efeitos Ambientais a Jusante. Tucuruí/PA s.d (mimeo).

SILVA, Maria das Graças da. Planejamento Territorial, deslocamento compulsório e conflitos sócio-ambientais: mosquito e pistolagem na barragem de Tucuruí. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997.

_____. Discurso educativo e apropriação do meio ambiente na área de um grande projeto de investimento: o caso da UHE Tucuruí/PA. 2002. 184 f. Tese (Doutoramento em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

VAINER, Carlos B. & ARAÚJO, Frederico G. Bandeira de. Grandes Projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.